

Aprovada na 812ª sessão

ALADI/CR/Ata 811  
28 de agosto de 2002  
Horas: 10h10m à 11h45m

### ATA DA 811ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

Homenagem póstuma ao Secretário-Geral da Comunidade Andina das Nações,  
Sebastián Alegrett.

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 809ª sessão.
4. Apresentação do Estudo "O Sistema de Preferências da ALADI"  
(ALADI/SEC/Estudo 128/Rev. 2).
5. Apresentação do Estudo "Convergência Gradual dos Programas de  
Liberalização dos Diferentes Acordos de Livre Comércio" (ALADI/  
SEC/Estudo 129/Rev. 2).
6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho para o  
Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação  
Institucional.
7. Outros assuntos.
  - Segundo Seminário-Oficina de Especialistas Governamentais  
sobre Incidências da ALCA no processo de Integração.

---

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi, Marcelo Fabián Lucco (Argentina); Willy Vargas Vacaflor, María Elena García de Baccino (Bolívia); Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro, Otávio Brandelli, Michel Arslanian Neto (Brasil); Flavio Tarsetti Quezada, María Antonieta Jara, Axel Cabrera (Chile); Guillermo Serna Meléndez (Colômbia); José Felipe Chaple Hernández (Cuba); Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa, Carlos Santos Repetto (Equador); Jesús Puente Leyva, César Manuel Remis Santos (México); José María Casal, Teresa Aurora Narvaja (Paraguai); William Belevan Mc Bride, Carlos Vallejo Martell, Ricardo B. Romero Magni (Peru); José Roberto Muínelo, Mariella Crosta (Uruguai); Carlos Longa González, Magdalena Simone (Venezuela); Marlene Gómez Calderón (Costa Rica); Yan A. Burlíay (Rússia); Roberto Casañas (OJÁ).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía, María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE: Bom dia. Damos início à 811ª sessão do Comitê de Representantes.

Homenagem póstuma ao Secretário-Geral da Comunidade Andina das Nações, Sebastián Alegrett

O primeiro ponto que vamos considerar é a homenagem póstuma ao Secretário-Geral da Comunidade Andina das Nações, Sebastián Alegrett, homem conhecido e apreciado por quase todos os que aqui estamos.

Um homem que ao longo da vida deu mostras de trabalhar para consolidar o que é a missão específica da ALADI, isto é, o processo de integração da região latino-americana. É um homem que brigou muitíssimo para que a Comunidade Andina das Nações e as demais organizações sub-regionais alcançassem um projeto que, em realidade, vem desde os mandatos mesmos de nossa história.

Como sei que há diversos Representantes que querem render esta homenagem póstuma, peço, primeiro, ao Secretário-Geral que diga umas palavras a este respeito, depois faremos um minuto de silêncio, se os senhores concordam, e a posteriori vou oferecer a palavra àqueles oradores que queiram expressar seu sentimento.

Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Como é do conhecimento de todos vocês, ao Embaixador Sebastián Alegrett nos unia uma grande amizade. Iniciamos nossas atividades neste mundo da integração sob a égide de Sebastián e um caso que ele recordava sempre com muito carinho, e depois com muito orgulho, como me confessou na última ocasião que tivemos oportunidade de estar juntos, que foi no mês de maio. Sebastián contratou-me com uma única resposta. Perguntou-me o

que eu sabia do Pacto Andino, isto faz 29 anos, e eu lhe disse que nada; então disse-me: você está contratado, você não está contaminado com nada que tenha a ver com esta história latino-americana e por isso o incorporamos. A partir dali nasceu uma grande amizade que transcendeu para muito além dos postos que Sebastián ocupou e que eu venho ocupando ao longo também de toda minha atividade profissional.

Compartilhamos, inclusive, algumas travessuras, como quando ele convidou-me para participar da equipe que respondia o questionário de ingresso da Venezuela ao então GATT, ou quando colaborei com ele em sua participação em um projeto, que hoje está dando frutos, acerca da integração física da América Latina, um projeto que dirigiu o professor Celso Furtado, do Brasil, chamado projeto “Alvorada”; e recordava também outras travessuras conjuntas que fizemos quando Sebastián era Secretário Permanente do SELA e eu, Diretor-Geral de Integração na Venezuela; e todos os esforços que vimos fazendo, ele à frente da Secretaria-Geral da Comunidade Andina e eu à frente desta Secretaria-Geral, para ajudar a fazer com que esta integração nossa de cada dia se tornasse realidade.

Eu não posso referir-me aos méritos profissionais de Sebastián, porque, primeiro, todo mundo os conhece e, segundo, porque nossa amizade era muito grande e pecaria por excesso de subjetividade ao qualificá-lo como profissional, o que, sim, atrevo-me a fazer é falar de Sebastián como pessoa, de sua bondade, sua humanidade, sua transparência e sua sinceridade. Sei que, onde quer que esteja neste momento, Sebastián está batalhando, como batalhou até o último momento, contra a adversidade, e estou seguro de que está pelejando. Nunca Sebastián baixou os braços e creio que em nossa lembrança tampouco os baixará.

A Secretaria-Geral está muito comovida pelo falecimento de nosso querido amigo Sebastián Alegrett e vamos pedir sempre, na oração quotidiana que elevamos ao Senhor, pelo eterno descanso de sua alma, se é que Sebastián vai descansar, porque creio que nunca o fará. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Proponho um minuto de silêncio.

- A Sala levanta-se e guarda um minuto de silêncio.

O Representante da Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González): Obrigado, senhor Presidente.

Senhores Representantes, olhar a folha profissional de Sebastián Alegrett é repassar uma porção substantiva da história institucional da integração latino-americana. Começou como Diretor de Integração no Instituto de Comércio Exterior da Venezuela e, portanto, padeceu das vicissitudes do negociador internacional.

Na presidência dessa Instituição, dirigiu a política de integração do país, assim como seu relacionamento comercial com o mundo. Foi Representante Titular da Venezuela na Comissão do Acordo de Cartagena e na Corporação Andina de Fomento. Participou de forma ativa em foros regionais e internacionais como ALALC, OEA, ONU, GATT, UNCTAD, entre outros.

Foi o Secretário Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano, e teve a grata honra de ser Embaixador da Venezuela no Brasil e na Colômbia. Foi o primeiro

Secretário-Geral da Comunidade Andina, na fase moderna do processo andino de integração, cuja criação data do Protocolo de Trujillo, Peru, de 1996.

Na posição de Secretário-Geral da Comunidade Andina, manteve sempre um contagiante entusiasmo pelo desenvolvimento econômico e institucional do MERCOSUL e foi um ardente impulsionador da relação deste processo com o da Comunidade Andina.

Em sua gestão, aprofundou-se a relação dos países andinos com o Chile e o México e ampliou-se sua vinculação comercial com Cuba. Promoveu ações concretas de aproximação com a América Central, tanto com os países que formam o Mercado Comum Centro-Americano, como com suas instituições. Promoveu Acordos da Comunidade Andina com os países do Caribe e desenvolveu relações institucionais com a CARICOM.

Conseguiu aprofundar as relações com o Canadá e os Estados Unidos e desenvolveu as relações com a União Européia, ao ponto de situá-las na perspectiva de um acordo de livre comércio para os países andinos.

Sempre estive em linha com a idéia de nos inserirmos no mundo a partir da integração, os Presidentes Andinos na Cúpula passada, celebrada em Guaiquil, ao felicitá-lo pela culminância de seu período a frente da Secretaria-Geral da Comunidade Andina, pronunciaram-se em reconhecimento ao legado que deixa Sebastián Alegrett, um legado cujo valor transcende o testemunho formal de um passado honroso e de realizações, para converter-se numa séria proposta para o futuro da América Latina, dada a pertinência que têm suas conquistas e ações com o desenvolvimento da integração que vem.

Os que conheceram Sebastián Alegrett e os que puderam compartilhar com ele alguns dos diversos projetos dos quais participou ou dirigiu, sabem da intensidade com que se dedicava a cada tarefa, da importância que dava a cada fator do plano de trabalho que tinha em mãos, não apenas insistia em começar e terminar cada atividade, mas também na necessidade de divulgar e difundir os benefícios de cada ação empreendida, de cada política projetada. Nos dias de hoje, a ação e a divulgação como parte dela são um princípio universal dos processos de integração.

Tive o privilégio e a sorte de compartilhar um trecho importante da obra de Sebastián Alegrett à frente da Comunidade Andina, quando falo Sebastián, digo também Cristina, sua valiosa e valorosa companheira de viagem. Rememorando Bertolt Brecht, penso que Sebastián Alegrett pertence sem dúvida ao seletivo grupo dos imprescindíveis, daqueles que lutam toda a vida. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. O Representante do Brasil, por favor.

Representação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, em nome dos países do MERCOSUL, gostaria de unir-me às expressões de pesar que foram manifestadas nesta sessão em homenagem à memória de Sebastián Alegrett.

Acabamos de escutar de dois compatriotas de Sebastián uma descrição emotiva de sua trajetória profissional, mas creio que de Sebastián, como latino-americanos, somos todos compatriotas, porque ele foi um símbolo da integração latino-americana.

Sebastián teve uma carreira que muitos conhecem, porque muitos de nós fomos amigos de Sebastián, eu entre eles, e sei que muitos outros o conheceram e tiveram sua amizade. No nosso caso, gostaria de relembrar sua passagem pelo Brasil como Embaixador da Venezuela, onde desempenhou magnificamente suas funções e seguiu sua carreira, que já vinha de trabalhos em nossa antiga ALALC, no GATT, nas Nações Unidas, na OEA, entre outras. Seus méritos são por demais conhecidos.

Então, senhor Presidente, queria, uma vez mais, reiterar, como membros deste projeto de integração de nossa região, pelo qual Sebastián tinha muito apreço, o MERCOSUL, nossas mais sentidas condolências. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Embaixador Pericás. Ofereço a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva): Em nome do Governo do México e em meu próprio, umas mui breves palavras para dar testemunho da excelente relação que tiveram meus Governos, em seu momento, com Sebastián Alegrett.

No lado pessoal, durante doze anos de estada na Venezuela, um dos referentes ineludíveis, permanentes do agir venezuelano, que vinculava de maneira forte meu país com a Venezuela, foi Sebastián Alegrett. Porém, eu gostaria de dizer que o primeiro contato com Sebastián, para além do que significa o fazer burocrático, protocolar e/ou administrativo, profissional, institucional, é o fato de que foi talvez o primeiro a introduzir-me à parte mais importante, diria eu, da Venezuela, nesse tempo em que aí permaneci, foi o primeiro a falar-me da música, da cultura, das letras, e dos contatos imprescindíveis que teria que fazer para entender, em profundidade, a Venezuela.

Foi triste inteirarmo-nos de sua morte, porque eu o considerava como um verdadeiro, íntimo amigo e porque sempre aplaudi sua capacidade de fazer, de organizar e de concluir os trabalhos a que se propunha. Nunca bebo só, no dia em que me inteirei de sua morte, bebi sozinho em casa uma tequila e ouvi Gualberto Ibarreto, cantando: "Iá vem o morto de Marigüita, vários pescadores vão enterrá-lo". Com a amável lembrança de uma pessoa que sabia ir além da amizade convencional e comprometer-se com aquilo que move o espírito, damos adeus hoje a nosso amigo Sebastián Alegrett.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Embaixador Puente Leyva. Ofereço a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández): Muito obrigado, Presidente.

Em nome de meu país, quero unir-me na recordação de Sebastián Alegrett, um homem que, como já mencionou aqui o Representante da Delegação venezuelana, teve durante uma boa parte de sua vida, tanto no SELA, como pessoalmente e mesmo depois em seus últimos anos na Secretaria da Comunidade Andina, um papel muito importante em diminuir o isolamento de Cuba no cenário internacional.

Sua solidariedade com meu país e, sobretudo, já em seus últimos anos, o papel que desempenhou, na busca de uma imbricação ou uma inserção muito maior entre Cuba e a Comunidade Andina, que deixou este legado, que estamos tratando de impulsionar e que vamos seguir promovendo, tanto com a Comunidade Andina, como com o resto da região. Em tudo isto, indubitavelmente, Sebastián desempenhou um papel fundamental.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado. O senhor Embaixador da Rússia, país Observador, que foi amigo pessoal de Sebastián Alegrett, solicitou a palavra.

Federação da RÚSSIA (Yan Burliy): Obrigado. Quero agradecer por dar-me a possibilidade de expressar meu profundo pesar pelo falecimento do Embaixador Alegrett, a quem conheci na Venezuela, já há vinte anos, na qualidade de Secretário do SELA.

Gostaria de ressaltar não somente suas qualidades diplomáticas, mas também suas características humanas, porque foi uma pessoa com carisma, cuja simples presença já introduzia elementos de bondade, de boa vontade, de humor entre os colegas, o que ajudava, em muitos casos, a solucionar uma ou outra questão em litígio.

Também gostaria de mencionar que foi promotor das relações entre a Rússia e a Comunidade Andina, que começaram com a visita da Delegação que integrei em fevereiro do ano 2000, quando, em Lima precisamente, estabelecemos o primeiro contato entre a Secretaria-Geral da Comunidade Andina e o Ministério de Relações Exteriores da Rússia.

Lamentavelmente, será uma perda para nossas relações, porém sempre vamos recordar o Embaixador Alegrett e sempre a memória de sua presença estará em nosso coração. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, Embaixador Yan Burliy. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride): Muito obrigado, senhor Presidente.

Gostaria de fazer uso da palavra pelo fato essencial de que tive uma relação de amizade muito próxima com Sebastián Alegrett. Amizade que, obviamente, é menos antiga que outras que foram mencionadas aqui antes de que eu fizesse uso da palavra, porque vem da época de quando era Secretário-Geral do SELA, e desde essa época nos temos freqüentado de maneira permanente.

Minha ligação com ele iniciou-se graças à amizade tão estreita que manteve com três de meus mais próximos amigos, que são: Allan Wagner, atualmente Chanceler do Peru, que trabalhou sob suas ordens diretas em suas últimas etapas de trabalho na Comunidade Andina de Nações. O outro colega e amigo comum é José Antonio García Belaúnde, também vinculado a todos os processos de integração e não poderia tampouco deixar de mencionar quem foi seu secretário no SELA, atualmente Embaixador do Peru na Colômbia, o Embaixador Harold Forseth, que foi também, verdadeiramente, uma das pessoas que aproximou-me de Sebastián Alegrett. Aos três, meu agradecimento, porque pude descobrir uma pessoa com valores humanos verdadeiramente excepcionais e também a um titã do trabalho, a quem eu denominava “trator”, era como um verdadeiro trator a maneira como trabalhava este homem.

A notícia de seu desaparecimento surpreendeu-nos estando já em Montevideu, digo surpreendeu, porque dava por totalmente superada a doença, a última vez que conversei com ele havia grandes esperanças, todo mundo estava muito contente com estas novidades, e recebi como um golpe muito forte a notícia de seu sensibilíssimo falecimento. Fiz expressamente essa pequena menção do que foi minha ligação e a de muitos destacados membros de nossa Chancelaria com Sebastián Alegrett para não incursionar naquilo que foi muito melhor expresso do que o que eu poderia fazer neste momento, com relação a seus dotes profissionais que, obviamente, também eram dignos de nota.

Teria gostado muito que a Comunidade Andina, cujo Coordenador, nosso colega da Colômbia que, lamentavelmente, neste momento, não se encontra entre nós, tivesse podido fazer, em nome de todos os andinos, uma homenagem nestas circunstâncias tão penosas, porém não desejei deixar de participar, porque acreditei ser meu dever manifestar o sentir mais profundo de pesar por esta infausta notícia que nos deixa, até certo ponto, em um grau de orfandade quanto à condução dentro da Comunidade Andina.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Embaixador.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Não havendo mais intervenções, entraríamos no tratamento da pauta ordinária, e caberia, em primeiro lugar, abrir à consideração a Ordem do Dia.

Se não houver observações, dá-se por aprovada.

2. Assuntos em Pauta

Vamos analisar o segundo ponto que é Assuntos em Pauta, para o qual peço ao Secretário-Geral que nos faça um relato a respeito.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente. Os Assuntos em Pauta figuram no documento que é, tradicionalmente, incorporado à pasta de todas as Representações, e faz parte da presente ata.

1. Representação Permanente do México. Nota URU 1582 de 31.VII.2002

Comunica a designação do Primeiro-Secretário César Manuel Remis Santos, a partir do 1º.VII.2002.

2. Representação Permanente da Argentina. Nota C:R: N° 119/02 de 15.VIII.2002

Remete, em anexo, cópia do agradecimento do Diretor-Geral, Jorge Vega Castro, Encarregado da Secretaria-Geral da Comunidade Andina de Nações, pelas condolências recebidas pelo falecimento do senhor Embaixador Sebastián Alegrett.

3. Representação Permanente do Paraguai. RP/ALADI/4/099/02 de 1º.VIII.2002

Remete, em anexo, cópia dos Decretos 18.104 e 18.105, pelos quais se dispõem sobre a prorrogação do Acordo de Alcance Parcial N° 20 e do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica N° 30.

4. Representação Permanente do Paraguai. RP/ALADI/4/110/02 de 21.VIII.2002

Remete, em anexo, cópia do Decreto N° 17.326, pelo qual se põe em vigência o Vigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação N° 18, assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Documento publicado como ALADI/CR/di 1449.

5. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 570/02 de 12.VIII.2002

Dá conhecimento que, pelo Decreto N° 302/002, foi posto em vigência o Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação N° 35.

Documento publicado como ALADI/CR/di 1456

6. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 63/02 de 13.VIII.2002

Comunica resposta das autoridades cubanas sobre a convocatória na Sede da Associação para a Sexta Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica. Ademais, solicita que o tema seja considerado em reunião dos Chefes de Representação.

7. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Brasil: Cheque no valor de US\$ 919.340,00, pagamento da contribuição de 2002, de US\$ 15.552,76, pagamento de contribuições financeiras de 2002, e US\$ 3.059,24 a conta contribuição 2003.

Cuba: Cheque no valor de US\$ 52.866.66, que corresponde ao pagamento do terceiro quadrimestre correspondente ao terceiro ano de ingresso da República de Cuba à ALADI.

México: Nota URU 1691/2002 de 20.VIII.2002. Remete, em anexo, giro bancário no valor de US\$ 379.709,18, relativo ao pagamento da contribuição do ano 2002.

8. Convites recebidos:

Corporação Andina de Fomento (CAF), Grupo de Embaixadores da América Latina e do Caribe acreditados na Venezuela (GRULAC) e Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), convidam o senhor Secretário-Geral a participar como Expositor do painel "Os Processos de Integração Regional Convergentes e Divergentes?", a realizar-se no próximo 17 de setembro, no Auditório Sala Andrés Bello do SELA.

9. Execução do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2002 (Período janeiro - junho 2002) (ALADI/SEC/di 1681).

10. Relatório mensal sobre o comportamento do gasto orçamental (janeiro-julho 2002) (ALADI/SEC/di 1682).

11. Relatório da situação financeira da Associação Latino-Americana de Integração em 31 de julho de 2002 (ALADI/SEC/di 1683).

12. Curso de capacitação sobre gestão portuária (ALADI/SEC/Memorandum 180)

13. Segundo curso breve de política comercial para os países membros da ALADI (ALADI/SEC/Memorandum 181).

14. Relatório do Seminário-Oficina para Operadores Logísticos da América Latina (ALADI/SEC/di 1685)."

---

Nesta oportunidade, cabe destacar, em primeiro lugar, a nota recebida da Representação Permanente do México, por meio da qual informa sobre a designação do

Primeiro-Secretário César Manuel Remis Santos, que está presente na Sala e a quem damos, em nome da Secretaria, nossas cordiais boas-vindas, desejando-lhe êxito em suas atividades na Associação.

Igualmente, senhor Presidente, gostaria de agradecer por primeiro ao Governo do Brasil, através de sua Representação Permanente, pela contribuição ao orçamento da Associação, pela quantia de US\$ 937.952,00, com o que cobre totalmente suas contribuições para o presente ano.

Também quero agradecer ao Governo de Cuba, por intermédio de sua Representação Permanente, pela contribuição de US\$ 52.866,66, também como parte de suas contribuições ao orçamento da Associação para o presente ano.

E, por último, à Representação do México, por seu intermédio agradecemos ao Governo Mexicano pela contribuição de US\$ 179.709,18, com o que honra totalmente seus compromissos com a Associação para o presente ano. Com estas contribuições, podemos dar um fôlego à execução orçamentária da Associação para o ano 2002.

Devo assinalar igualmente, senhor Presidente, que a Secretaria-Geral prepara-se para assinar dois convênios de cooperação, o primeiro deles com o Centro de Navegação da República Oriental do Uruguai, cujo objeto será, fundamentalmente, o intercâmbio de informação para nutrir o Sistema de Informação de Transporte dos países-membros da Associação, SITA, e, igualmente, com a empresa de informação URUNET, do país sede, com a qual se estabelecerá também um sistema de intercâmbio de informações de comércio exterior. A URUNET nos proporcionará informações, sobretudo, do comércio exterior dos Estados Unidos e do Canadá.

Por último, vale destacar que estão em circulação os memorandos 180 e 181 da Secretaria-Geral, o primeiro refere-se ao “Curso de Capacitação sobre Gestão Portuária”, que terá lugar em nossa Sede nos dias 5 e 6 de novembro, e o outro relativo ao “Segundo Curso Breve de Política Comercial” para os países-membros da ALADI, que é organizado em coordenação com a Organização Mundial de Comércio.

Sobre este último curso, que acontecerá entre os dias 16 e 27 de setembro próximo, queremos assinalar que, até o momento, somente foram acreditados os participantes da Argentina, de Cuba, do México e do Paraguai. Devemos destacar que, como a participação neste curso requer um trâmite administrativo prévio por parte de nossa Secretaria-Geral, ficaríamos gratos aos demais países se puderem acelerar a designação de seus participantes, para os efeitos de adotar as providências administrativas que correspondam. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado.

3. Consideração da ata correspondente à 809a. sessão.

Devemos abrir à consideração a ata correspondente à 809ª sessão. Está aberta à consideração.

Se não há observações ou comentários, dá-se por aprovada.

4. Apresentação do Estudo "O Sistema de Preferências da ALADI" (ALADI/SEC/Estudo 128/Rev. 2).

No ponto 4 da Ordem do Dia está a apresentação do Estudo "O Sistema de Preferências da ALADI". Por favor, a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Eduardo Moerzinger): Muito obrigado, senhor Presidente.

O Estudo 128/Rev. 2, que apresenta hoje a Secretaria-Geral, responde ao previsto no ponto 4.1 do programa de atividades e tem como objetivo básico fazer uma apresentação global e sintética da situação atual do sistema de preferências da ALADI, realizar uma análise destas preferências e, extrair do mesmo conclusões em relação às possibilidades de articulação e convergência em matéria de liberalização do intercâmbio do comércio intra-regional de bens.

Neste aspecto, o Estudo trata de responder qual é a cobertura das preferências, como se distribuem estas preferências entre os países e que tipo de bens estão cobertos. Também permite apreciar as semelhanças e diferenças entre os distintos Acordos em matéria dos bens que fazem parte da área liberada ou da área de exceção dos programas de liberalização.

O documento, em sua primeira parte, mostra as características gerais e a evolução que tiveram no tempo os principais mecanismos de negociação tarifária previstos no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, as tendências prevaletentes quanto às estratégias de negociação e as características gerais do atual sistema de preferências tarifárias. Também nesta primeira parte, realiza-se uma análise de tipo geral, em função do atual cenário econômico regional, com respeito à incidência que têm as preferências tarifárias na orientação do comércio intra-regional.

Na segunda parte, apresenta-se a análise do sistema de preferências, que se desenvolve, basicamente, sobre o estudo da cobertura das mesmas, sua intensidade, os principais setores beneficiados e os setores excetuados, para finalmente apresentar as necessidades e possibilidades de convergência neste campo.

A análise destaca a complexidade atual da rede de Acordos, na qual coexistem Acordos muito amplos, que contribuem para aprofundar o processo de integração, com outros de alcance relativo, que estariam questionando a possibilidade de alcançar uma convergência e uma harmonização nos tratamentos preferenciais.

Dentre os resultados alcançados com este Estudo, apesar de parecer um resultado óbvio, tem-se um crescimento maior do comércio gerado entre os países que negociaram Acordos de nova geração. O comércio gerado dentro destes Acordos é maior que o comércio entre países envolvidos em Acordos de tipo seletivo, entende-se que esta diferença se explica, em parte, pela quantidade de preferências que geram os Acordos de nova geração, mas que, fundamentalmente, se deve à existência de uma diferença qualitativa destes Acordos sobre os seletivos, que é a criação de um clima propício para a geração de comércio.

Os Acordos de nova geração criam um clima que dá maiores garantias e estabilidade às regras do jogo, que constituiria um elemento importante para potencializar as preferências tarifárias.

Ao estudar a cobertura dos Acordos, observam-se três níveis bem diferenciadas: um de alta cobertura entre os países do MERCOSUL e o Chile e, entre os países do MERCOSUL e a Bolívia. Também entre os países da CAN. Entre Chile-Colômbia-México e a Venezuela. Entre o Chile e o Peru e o Chile e o Equador, através de seus respectivos Acordos bilaterais. Também entre o México e a Bolívia; entre o Uruguai e o México e o Uruguai e o Equador; e entre o Equador e o Paraguai.

Nestas relações, na maioria dos casos, os programas de liberalização assumidos levam à conformação de zonas de livre comércio, em prazos certos.

Dentre destes Acordos de nova geração, observa-se uma relativa coincidência, em termos gerais, entre os setores liberados ou com liberalização diferida ou excetuada. É o caso, por exemplo, do setor automotivo, do petróleo e seus derivados, de alguns produtos agrícolas e alimentos básicos, matérias plásticas, têxteis e vestimenta. O caso do setor automotivo é típico de tratamento especial.

Por outro lado, observa-se um segundo nível de cobertura preferencial, cujo alcance é de caráter intermediário. É o caso dos Acordos do México com a Argentina e com o Paraguai, e do Brasil com os países da CAN (exceto com a Bolívia). Nestes Acordos, a cobertura alcança entre 20 e 30% do total de itens da nomenclatura.

Quando se observa onde estão as debilidades do sistema de preferências, em matéria de cobertura, vê-se que ela se encontra na maioria das relações bilaterais entre os países do MERCOSUL e da CAN. Entre o México e o Brasil, e com o Equador e com o Peru. Reflete-se também entre o Chile e a Bolívia e entre os principais Acordos de Cuba e os restantes países-membros da ALADI.

Em seguida, o estudo analisa a intensidade das preferências acordadas, ou seja, o nível de desgravação tarifária com relação ao regime geral. Nesse sentido, observa-se que a intensidade das preferências nos Acordos de nova geração depende da etapa em que se encontrem os respectivos cronogramas de desgravação tarifária.

- Para os 2 Acordos sub-regionais (MERCOSUL e CAN) a regra geral é 100% de preferência sem restrições não-tarifárias.

- No caso dos Acordos assinados pelo Chile com o México, com a Colômbia, com o Equador e com a Venezuela, os cronogramas de desgravação também chegaram a 100% de preferência tarifária para o universo dos bens.

- No Acordo Chile-Peru, se bem já se tenha liberado uma alta porcentagem dos itens, a zona de livre comércio será aperfeiçoada no ano 2008.

- No Grupo dos Três, o cronograma de caráter geral do Acordo já alcançou um nível percentual entorno de 60% e chegará à liberalização total no ano 2004.

- No caso do Acordo MERCOSUL-Bolívia, também o cronograma geral de liberalização encontra-se em torno de 60%, enquanto o correspondente a MERCOSUL-Chile já tenha alcançado 85% e, em ambos os casos, a liberalização será alcançada no ano 2006.

- Por sua parte, no Acordo México-Bolívia, a liberalização tarifária já cobre 80% do universo tarifário e os 20% restantes serão alcançados no ano 2009.

Por outro lado, se se observa a intensidade das preferências nos Acordos seletivos, nota-se que, em linhas gerais, predominam as preferências com caráter limitado.

Em resumo, a análise realizada mostra um sistema de preferências que, se bem tenha muita simetria tanto de cobertura como de intensidade das preferências, apresenta muitas assimetrias, porém, se se retoma a tendência negociadora de anos passados e, a medida que se vão renegociando os Acordos de caráter seletivo, estas assimetrias tenderiam, seguramente, a desaparecer e obter-se-ia, assim, uma convergência praticamente natural, na qual o sistema de preferências caracterizar-se-ia pela possibilidade de alcançar uma grande zona de livre comércio entre os países da ALADI.

Frente a esta última situação, o Estudo estima conveniente a possibilidade de buscar um processo de articulação progressivo que, sem desconhecer as características próprias dos processos sub-regionais e bilaterais, vá fortalecendo e simplificando o atual sistema de preferências.

Neste processo de articulação e convergência, considera-se que uma primeira etapa seria a identificação das linhas de convergência com menor esforço. Nesse sentido, propõe-se que um primeiro núcleo de articulação poderia estar constituído pela regionalização das preferências que estão incorporadas em todos os programas de liberalização.

Também assinala-se no documento que um ponto de preocupação imediato deveria ser a harmonização e o aperfeiçoamento do âmbito normativo naqueles aspectos que são claramente de interesse regional e que estão vinculados de forma direta ao processo de liberalização comercial, como as normas de origem e as cláusulas de salvaguarda. Propõe-se a realização de estudos práticos destinados a examinar os problemas operativos reais que se podem gerar pela aplicação de normas diferentes. Nesse sentido, propõe-se separar os problemas operativos reais, daqueles problemas que resultem da falta de harmonia ou da prolixidade que possa ter cada âmbito normativo.

Muito obrigado, senhor Presidente, seria tudo em primeira instância.

PRESIDENTE: Muito obrigado.

Ofereço a palavra à Representação da Argentina

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz): Obrigado, Presidente. Sem dúvida, nosso agradecimento à Secretaria por este documento que analisaremos cuidadosamente como corresponde.

Gostaria, simplesmente, de fazer uma pergunta à Secretaria, creio que todas as estatísticas que se apresentam ao final correspondem ao ano 2000, imagino que nenhum país tenha entregue as cifras correspondentes ao ano 2001. Eu me perguntaria se não haveria alguma forma de fazer uma corrigenda, porque, casualmente, em 2001 e no primeiro semestre de 2002, é quando temos um quadro total e absolutamente distinto do que estamos tentando aqui, então, francamente, estamos no paraíso, mas o mundo real não é muito parecido.

Conseqüentemente, procurar uma forma para que o documento se ajuste de alguma maneira para poder buscar isto. Obrigado.

SECRETARIA (Eduardo Moerzinger): Hoje em dia temos problemas com apenas um país-membro da ALADI para a apresentação do comércio do ano 2001, mas quando se elaborou este Estudo havia problemas com vários países, ou seja, neste mês já estaríamos em condições de elaborar uma segunda revisão, incorporando 2001, quando se complementa a informação total de todos os países.

PRESIDENTE: Obrigado. Ofereço a palavra à Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal): Obrigado, Presidente.

Para agradecer à Secretaria a informação. No mesmo sentido em que se pronunciou a Argentina, consideramos que a incorporação do ano 2001 buscará, seguramente, uma mudança importante no documento, mas entendendo também que este é um ano bastante excepcional quanto ao comércio intra-regional.

Novamente, obrigado à Secretaria pela exposição.

PRESIDENTE: Obrigado, Embaixador Casal. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva): Quanto ao teor do mesmo, talvez fosse muito exigir e não creio que conviesse revisar o documento como tal à luz do ano 2001, eu creio que a análise é conseqüente até a data em que está.

Eu sugeriria que se fizesse um adendo, no qual, um caso conjuntural tão profundo como é 2001, fique ao final como uma reflexão de última instância que não desdiz o anterior, que não o corrige e não tem porque corrigi-lo, apenas que seja um adendo 2001. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado. Ofereço a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Carlos Longa González): Obrigado, Presidente.

Na página 30, refiro-me ao último ponto que mencionou o representante da Secretaria, há um par de parágrafos que nos chamaram a atenção quando lemos este documento pela primeira vez, que é esta proposta que faz a Secretaria de buscar a harmonização e o aperfeiçoamento do âmbito normativo do comércio naqueles aspectos que são claramente de interesse regional e que estão vinculados de forma direta com o processo de liberalização comercial, e em seguida procurar a realização de Estudos práticos nos quais se examinem os problemas operativos reais que se possam gerar pela aplicação de normas diferentes.

Na intenção de nossa Representação, que de nenhuma maneira queremos estardalhaço nem propostas radicais, mas creio que seria muito conveniente que se realizassem estes estudos que propõe a Secretaria para ver do que estamos falando exatamente, porque, precisamente, às vezes estamos falando de diferentes normas quando estas realmente não têm uma incidência definitiva no comércio, mas, na melhor das hipóteses, há aspectos de caráter operativo ou há normas.

Por outro lado, para colocar a outra tese, de que, sim, incide, então, pelo menos para nos basearmos em qual é a verdade da relação que estamos tendo e a incidência das normas, seria muito interessante que a Secretaria iniciasse a realização destes Estudos, se

é que as Representações estão de acordo, e se é que isto resiste ao orçamento do Programa de Atividades.

Digo, porque não estamos, insisto, impulsionando nenhum programa de harmonização, e muito menos, porém, sim, seria muito interessante ver quais são aqueles aspectos normativos que estão afetando realmente o comércio que estamos constituindo e, por outro lado, parece-me um trabalho excelente como todos os que a Secretaria realiza, pelo menos a maioria deles. Insistiríamos que se é viável, que se realizem estes Estudos sobre como os aspectos normativos podem estar afetando o comércio de maneira operativa ou de maneira geral. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado. Tomou-se nota das propostas, obviamente, o documento será analisado pelas diferentes Representações e logo o consideraremos.

5. Apresentação do Estudo "Convergência Gradual dos Programas de Liberalização dos Distintos Acordos de Livre Comércio" (ALADI/SEC/Estudo 129/Rev. 2).

Se não há mais observações ou comentários, entraríamos no ponto 5 da Ordem do Dia, que é a apresentação do Estudo "Convergência Gradual dos Programas de Liberalização dos Distintos Acordos de Livre Comércio", para o qual damos a palavra à Secretaria, ao economista Fabio Villalobos, que fará a apresentação correspondente.

SECRETARIA (Fabio Villalobos): Muito obrigado, senhor Presidente.

Tenho que apresentar o Estudo intitulado "Convergência Gradual dos Programas de Liberalização dos Distintos Acordos de Livre Comércio", que foi editado em 29 de junho do presente ano. Como os senhores sabem, esta é uma reedição e ampliação do que já conhecemos como Estudos 129.

Fizemos, basicamente, uma revisão e, em parte, uma ampliação, porque este documento estava no Programa de Atividades para ser entregue no mês de setembro e o Comitê, em vista de suas tarefas, resolveu adiantá-lo para junho. Neste momento, não estávamos em condições de incorporar o conjunto de variáveis a que nos havíamos comprometido: como tarifas, uma visão do comércio de mais longo prazo, preferências, que deixamos pendentes para um outro Estudo em que estamos trabalhando agora.

Em termos de atualização, o que faz este Estudo é compilar os eventos que envolvem os Acordos que foram aqui considerados, que são os Acordos de Complementação Econômica, os chamados "Acordos de Terceira Geração". Observou-se, nestes Acordos, a evolução e a situação dos produtos sensíveis. Definimos como produtos sensíveis todos aqueles produtos que nestes Acordos não fazem parte do cronograma de desgravação geral.

Assim, definimos três cronogramas: o cronograma 1, que considera aqueles produtos cuja liberalização total está prevista para 1º de janeiro do ano 2006; o cronograma 2, que considera os produtos cuja liberalização total ocorre entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2011; e o cronograma 3, que incorpora aqueles produtos cuja liberalização será a partir de 1º de janeiro de 2011.

Ademais, incorporaram-se como sensíveis todos aqueles produtos que se consideram exceções dentro destes Acordos. Esta é uma visão metodológica que assumimos para poder ver duas coisas, basicamente: qual é a posição destes itens e qual é sua evolução no tempo.

O segundo elemento que se considerou, além de incorporar o número de produtos sensíveis, é o comércio gerado nestes bens. Esta é a chamada revisão: a atualização simplesmente, é tomar os fatos que ocorreram no ano 2000 e o comércio que tenha havido neste ano. De novo caímos no assunto que se discutia há pouco, porque o comércio do ano 2000? Porque é a última informação de que dispõe a Secretaria em nível de posições e de capítulos com a qual é possível trabalhar neste nível de desagregação. A informação de 2001, como os senhores bem sabem, está disponível no nível macro, e está sujeita a revisões, mas a informação em nível de posições e capítulos recém agora está chegando à Secretaria, em sua última revisão, neste mês, o que é bastante excepcional. O normal é que esse atraso seja de nove a onze meses, ou seja que tenhamos a informação desagregada entre outubro e novembro, e como este documento era para ser apresentado em junho trabalhou-se com cifras de 2000.

A ampliação que se incluiria neste documento corresponderia ao capítulo 4, do qual, por sugestão do Comitê, tomamos alguns dos Acordos e avaliamos qual a origem das importações que se realizam destes produtos sensíveis, distinguindo entre o sócio do Acordo, os restantes países da Associação e o Resto do Mundo. Isto é o que vamos ver em mais detalhe quando entremos no capítulo mencionado.

O documento está estruturado em quatro capítulos: o primeiro é um capítulo marco, que incorpora a evolução geral do comércio regional nos anos 2000 e 2001; é o único capítulo em que se observa informação com respeito ao ano 2001. A análise que se está fazendo é absolutamente macro, ali se mostram também quais são os intercâmbios de comércio entre os países, quais são os principais exportadores intra-regionais e quais são os principais importadores intra-regionais, tudo isso em nível de países.

Outro elemento que se incorpora no primeiro capítulo é a situação tarifária vigente no ano 2000. Ali o que se observa é que o processo de desgravação tarifária, ao menos o processo de desgravação unilateral que vinha ocorrendo na região, encontra-se em uma situação de estancamento, há alguns retrocessos, há alguns aprofundamentos, mas, basicamente, em relação ao ano anterior, não há mudanças importantes, salvo os da Bolívia e do Chile, que são dois países que continuam seus processos de desgravação.

Também ali quantifica-se a importância em termos comerciais dos Acordos de Complementação Econômica que analisamos e observa-se que o comércio envolvido nestes Acordos chega a 79%, cifra similar à que se estava verificando em anos anteriores. Portanto, a análise leva em consideração uma parte muito relevante do comércio intra-regional.

Já no capítulo 2, entramos em uma análise dos produtos sensíveis partindo de uma das perspectivas que eu havia mencionado: a posição dos itens na nomenclatura, nos diferentes capítulos e seções, seu número e em que cronograma se encontram.

Na página 16 do Estudo, temos uma visão que nos mostra o número de produtos que estão em situação de sensíveis, tanto nos distintos Acordos considerados, como nos cronogramas 1, 2, 3 e em exceções. Ali observa-se que, em realidade, quanto ao número de produtos, os sensíveis são um conjunto relativamente razoável, salvo em algumas situações, no cronograma 1, notamos que temos um número alto no ACE 31 e no ACE 35; também no ACE 38, que se reitera nos cronogramas 2 e 3.

Vemos que, no caso de exceções, há números importantes no ACE 5, que é um dos Acordos que incorporamos este ano já que o México e o Uruguai firmaram uma modificação que o transformou em um Acordo de Complementação Econômica. O mesmo para o Grupo

dos Três, o ACE 33, no qual há um número relevante de itens outorgados pela Colômbia e pela Venezuela.

Esta é uma primeira visão de 10.000 metros de altura, que nos permite ter uma aproximação numérica às exceções. Em uma primeira impressão, não parecem ser extremamente elevados, salvo os que mencionei que podem ser considerados com maior atenção para seguir avançando no que o Comitê está interessado agora que é aprofundar o processo de liberalização.

Nas páginas seguintes podemos ter uma situação um pouco mais desagregada, em nível de seções e de capítulos em cada um dos Acordos que corresponde, primeiro no cronograma 1, o número de itens que estão em situação de exceção. Não encontramos um padrão demasiado claro e, se formos exigentes, pode-se perceber que, por exemplo, nas seções VI e VII, há um núcleo relevante a tratar.

O outro núcleo que poderia ser relevante em alguns Acordos, como no ACE 31 e a CAN para o caso do Peru, são as primeiras cinco seções, com números relativamente altos. Um terceiro núcleo seria aquele que vai das seções XI a XVI, para o ACE 35, para o ACE 38 e a CAN, nos quais há outra concentração de itens que estão em situação de sensibilidade de cronograma 1, que é o que nós chamamos um curto prazo, porque em realidade este processo de desgravação terminaria antes de 1º de janeiro do 2006.

Digo isto porque, no capítulo 4, já mencionado, faz-se uma distinção entre o curto prazo e as sensibilidades provavelmente mais profundas, que são as de médio e longo prazos. Aqui há um conjunto de sensibilidades que estão localizadas nestes núcleos que eu mencionei.

No cronograma 2, na página 22, também encontramos uma dispersão importante da posição dos itens que estão em situação de sensibilidade, esta é uma sensibilidade de termo médio, em termos de prazo, de sensibilidade maior para os países. Aqui haveria, de repente, três núcleos que eu me atreveria a ressaltar.

O primeiro, seria para o conjunto dos Acordos que estão ali apresentados, nas seções III e IV, nas quais se encontra um núcleo de itens que são relevantes; um segundo que se refere às seções XVI e XVII (maquinarias e equipamentos de material elétrico e material de transporte), que vão aparecer depois em termos comerciais de uma maneira muito importante; e, por último, um terceiro núcleo que corresponderia aos Acordos 36 e 38, que se apresentam ao longo de toda a nomenclatura.

Este cronograma 2, quer dizer, todos aqueles produtos cuja liberalização total se dará entre primeiro de janeiro de 2006 e antes da mesma data para o ano 2011.

O cronograma 3, que está na página 25, é bastante mais claro, os produtos se desgravariam a partir de janeiro de 2011, tem um núcleo central nas primeiras quatro seções, para todos os Acordos ali incorporados e outro núcleo ao longo do ACE 38, para o caso do Peru. O mesmo ocorre com as exceções, concentradas novamente nas seções I a IV. Na maioria dos Acordos, estas, são outro núcleo de sensibilidades.

Esta é uma visão, da perspectiva do número de itens, que provavelmente é incompleta, que dá a conhecer simplesmente quais são as preocupações dos países, mas necessita ser complementada por uma segunda visão, que é aquela que tem a ver com o comércio que se gera nestes produtos.

No capítulo 3 mostramos os volumes de comércio envolvidos nestes Acordos. Na página 29 temos primeiro um quadro síntese, que é a visão, como eu dizia, de 10.000 metros, que nos permite já ir chegando a certas aproximações mais concretas. Na última linha do ano 2000, vemos quais são os totais comercializados de sensíveis. Ou seja, aqui estão em torno de 4.122 milhões de dólares, que se se compara com o total do comércio de sensíveis, que são mais de 36.000 milhões de dólares, chegamos a que os sensíveis dão lugar a cerca de 11% do comércio que se realiza na região, é uma cifra que também estivemos manejando nos anos anteriores, cerca de 10%.

O importante é mostrar como funcionam as sensibilidades. O cronograma 1, que é aquele cronograma que encerra antes de janeiro de 2006, é cerca de 50% do comércio. Em outras palavras, se seguimos assim, tal como estamos sem negociar nada, avançando simplesmente, tomando a palavra dos compromissos adquiridos pelos países, nesta data os sensíveis se reduziriam exatamente à metade, isto é a 6% do comércio, que é uma cifra não demasiado significativa, se estamos falando das metas a que o Comitê se propôs.

A cifra de comércio do cronograma 2 é a metade da anterior, ou seja, 25 ou 26% do comércio de sensíveis chegaria a zero em janeiro de 2011. Depois, encontram-se cifras menores no cronograma 3 e em exceções, mas o núcleo parece estar claramente nos cronogramas 1 e 2. Esta é a visão de 10.000 metros.

Posteriormente, na página 30, temos uma visão mais desagregada, não de 10.000, mas de 8.000 metros, por meio da qual podemos ver quais são os itens ou os capítulos onde se concentra o comércio de sensíveis. Centra-se no capítulo 23 para o cronograma 1, que é 70% ou mais; no cronograma 2 em dois capítulos, o 87 e o 02, e no cronograma 3 de novo o capítulo 02 aparece como o mais importante. Nas exceções outra vez o capítulo 27 (combustíveis) aparece como relevante. Quer dizer, temos aqui já uma visão que nos permite ver como as sensibilidades em termos comerciais estão focalizadas em certos capítulos: a saber o 27, o 02 e o 87, que são veículos.

Depois, realiza-se uma visão de vôo rasante, se se quer, em cada um dos Acordos e em cada cronograma, mostrar qual é a situação de comércio em nível de capítulos e seções. Ali registra-se a origem do comércio, por exemplo, no ACE 35, o que o Chile importa do MERCOSUL e, à sua vez, as importações destes produtos de outras origens, entre as quais consideraram-se os Estados Unidos, o Canadá, a União Europeia e o Resto do Mundo.

Esta é uma visão muito específica, de muito interesse para cada um dos países, e que permitiu-nos, e com isso ingresso no capítulo 4 (página 81), seleccionar aqueles Acordos em que o comércio tem um maior peso. Dado que, de todo modo, pelos compromissos assumidos pelos países, em janeiro de 2006 eliminar-se-ão as restrições tarifárias vigentes para estes produtos, neste capítulo deixou-se de lado, metodologicamente, o cronograma 1 e seleccionaram-se os principais Acordos em cada um dos cronogramas restantes, (cronogramas 2, 3 e exceções), sublinhando quais são as origens do comércio dos produtos sensíveis que estão envolvidos nestes respectivos Acordos.

Encontraram-se algumas surpresas, por exemplo, muitas vezes a origem do comércio proveniente do sócio é menor do que se esperava, se supomos que um montante razoável é 20%, vamos encontrar que, na maioria dos Acordos, há uma quantidade de partidas nas quais o sócio não tem grande importância como abastecedor. Às vezes, nem sequer o resto dos países da ALADI são importantes nesse sentido. Isso encontramos no cronograma 2, no cronograma 3 e nas exceções.

Desta maneira, chegamos a conclusões que não estão no documento, mas que surgem de sua leitura e parece que ajudam na tarefa do Comitê, que é avançar no processo de desgravação. Entre outras conclusões, a que os produtos sensíveis são numericamente pouco relevantes, e o mesmo em termos de comércio, pois não parecem ser um obstáculo intransponível para avançar no processo de liberalização comercial intra-regional. Por outro lado, as sensibilidades correspondem a produtos que, majoritariamente, se bem não se importem do sócio, importam-se de terceiros países, o que permite algumas interpretações nas quais não me vou aventurar, mas que os senhores, imagino, têm bastante claras.

Com isto terminaria. Muito obrigado, senhor Presidente e desculpem por ter-me estendido além da conta.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Quanto à apresentação, creio que seria necessário uma análise mais detida, mas não sei se há algum Representante que queira fazer algum comentário.

Ofereço a palavra à Representação do Brasil.

Representação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, senhor Presidente.

Apenas para, em primeiro lugar, agradecer à Secretaria pela preparação e atualização destes dois Estudos que, estou seguro, serão de grande utilidade para os trabalhos do Comitê.

Eu, neste momento, queria pedir ao senhor que me refrescasse um pouco a memória sobre o cronograma de trabalho do Comitê, porque me recordo que aprovamos um cronograma que foi proposto pela Bolívia, em nome da CAN e temos aí uma previsão de trabalhos. Se o senhor pudesse, agora que temos dois Estudos básicos, dar-nos uma indicação do cronograma e de como pensa a Presidencia avançar na consideração do assunto Muito obrigado.

PRESIDENTE. Solicito ao Secretário-Geral que me ajude nesta difícil resposta, Embaixador Pericás.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

O Comitê assumiu o compromisso de receber os três documentos da Secretaria-Geral, o primeiro é o documento de trabalho 451, que é a liberalização item por item, que foi apresentado há um tempo atrás, e os dois documentos, cuja apresentação formal ocorreu na manhã de hoje, que estavam prontos em data anterior ao compromisso, que era 30 de junho.

Ainda está pendente um documento que se refere às negociações em curso, que no dia de hoje será concluído e que será posto em circulação imediatamente a partir do fim desta semana. Entretanto, é um documento cujo conteúdo todos já conhecem mais ou menos, porque foi feito com base nas entrevistas que realizaram a Secretária-Geral Adjunta Freddolino, com a colaboração de alguns funcionários da Secretaria com muitos dos senhores, a fim de coligir a informação correspondente.

Está pendente, também, um documento que vamos comentar, de síntese do documento de trabalho 451 e destes dois, quero chamar a atenção que este documento de síntese estaria nutrido por comentários que nos enviaríamos as Representações

Permanentes, mas que até este momento nenhuma fez comentários ao documento 451, de forma que, até meados de setembro, então, nós apresentaríamos este documento de síntese exclusivamente com a visão da Secretaria.

A partir disso, de acordo com o documento de trabalho da Mesa, do dia 7 de maio, caberia ao Comitê de Representantes decidir que tipo de ações se levariam a cabo. Quer dizer, terminada esta etapa de apresentação dos Estudos, a partir daí, há que ver como o Comitê se organiza para a continuação das análises destes documentos e para cumprir o previsto na Resolução 55 (XII), ponto primeiro, sobre o eventual Plano de Convergência que se estabeleceria na Associação.

Neste momento, senhor Presidente, tudo está nas mãos do Comitê de Representantes, a forma e o tempo em que se queira cumprir o compromisso estabelecido na Resolução 55 (XII) do Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Espero que tenha sido satisfatória a resposta. Alguém mais gostaria de fazer alguma consideração sobre esta apresentação?

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz): Obrigado, Presidente. Muito brevemente, com respeito a um comentário que acaba de fazer o Secretário-Geral com relação ao documento 451.

Nós consideramos que este documento é, neste momento, muito útil para revisar em termos gerais a estrutura macro dos programas e do processo de desgravação incluídos nos diversos Acordos assinados no âmbito da ALADI. Sem prejuízo disto, e aqui vai uma proposta concreta, se considera conveniente contar com uma ferramenta de trabalho que permita conhecer em detalhe a atual estrutura de preferências outorgadas e recebidas por cada país-membro da ALADI e que poderia ser de utilidade nas negociações em curso com a CAN e o México, assim como em eventuais aprofundamentos das preferências dos demais Acordos assinados pelo MERCOSUL e, em particular, por nosso país no âmbito da ALADI.

Nesse entendimento, a Delegação argentina solicitará aprofundar o conteúdo do Estudo de referência nos termos que se detalham à continuação: a) incluir uma análise desagregada em nível de item tarifário da série de quadros, dado que isto nos permitiria conhecer um possível primeiro núcleo de regionalização das preferências, produtos incorporados pela maioria dos países nos programas de liberalização, assim como analisar comparativamente por tipo de Acordo que itens foram liberados por cada país com o resto dos membros da ALADI, e b) incorporar à série de quadros 4 os itens liberados reciprocamente entre cinco países, atualmente incluem-se os itens liberados entre os doze e até seis países.

Sabemos que estamos pedindo para passar de 30 para 5.000 páginas, mas, infelizmente neste tipo de negociação, às vezes é indispensável chegar a certo nível de detalhe pela importância e pelo apoio que significa para os países este tipo de informação. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado. Alguma outra intervenção?

6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das atividades de Informação e de Cooperação Institucional.

Se não há, passaríamos ao próximo ponto da Ordem do Dia, que é o relatório do Ministro Sena, como Coordenador do Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das atividades de Informação e de Cooperação Institucional.

Representação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso): Obrigado, senhor Presidente.

O Grupo de Trabalho sobre Informação e Cooperação Institucional realizou três reuniões, em 25 de julho, em 2 de agosto e em 13 de agosto. Este relatório tenta somente fazer um resumo dos pontos que foram então acordados.

O Grupo tomou conhecimento do Protótipo da nova versão do Sistema Integral de Informação, que incorpora modificações implementadas em resposta a solicitações do Grupo. O Grupo aprovou as novas descrições nas distintas tabelas e os procedimentos para a exportação dos dados do Sistema de Informação no formato excel. Por outro lado, o Grupo solicitou à Secretaria-Geral que, assegurada a gratuidade dos serviços os Governos e demais usuários nos países-membros, se examinasse a viabilidade de diferenciação mediante remuneração, para usuários de outros países ou regiões, a exemplo do que ocorre com os sistemas de informações de outras regiões.

A Secretaria-Geral informou sobre a cooperação negociada com o BID, que incluirá uma contribuição de 75.000 dólares pelo Banco, ademais da autorização para uso adaptado do sistema de captura de informação desenvolvido pelo BID, e a realização de um programa de atividades orientado para o apoio dos países-membros e centrado, em primeiro lugar, na identificação por tarifas nacionais das preferências negociadas no âmbito do Tratado de Montevideu 1980 e, em segundo lugar, no aperfeiçoamento da informação de comércio exterior com a melhor identificação dos problemas observados para seu fornecimento. A Secretaria-Geral apresentará um relatório preliminar analítico das modalidades de cooperação já contratadas com o BID.

Além disso, o Grupo decidiu retomar o debate sobre a conformação, nos termos da Resolução 55 (XII), de um Centro Regional de Informação Comercial (CRIC), logo da conclusão do exame do relatório da VII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior. O Grupo concordou, neste ínterim, que para superar as limitações já identificadas, caberia considerar o recurso a alternativas técnicas como: a) o desenvolvimento de um sistema dinâmico de correlação de nomenclaturas tarifárias; b) o desenvolvimento de uma base de dados sobre documentação aduaneira; c) o aprofundamento da cooperação com organismos regionais e internacionais.

Por outro lado, o Grupo concordou em recomendar que, em seu trabalho constante de aperfeiçoamento do Sistema de Comércio Exterior, a Secretaria-Geral busque integrar horizontalmente os atuais módulos do SICOEX.

Por último, a Secretaria-Geral fez uma primeira apresentação dos resultados da VII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Ministro. Sobre este relatório, alguém deseja fazer algum comentário?

7. Outros assuntos

Não sendo esse o caso, entramos no último ponto da Ordem do Dia, que é outros assuntos. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, Presidente.

Para referir-me ao Segundo Seminário-Oficina sobre Incidências da ALCA no Processo de Integração, que está previsto para os dias 12 e 13 de setembro. Sobre esse tema, devemos informar que até o momento, recebemos unicamente as creditações do Chile, da Colômbia, de Cuba, do Equador, do México, do Peru e do Uruguai; e estamos à espera das demais creditações para tomar as providências administrativas cabíveis para concretizar a participação dos funcionários de todos os países-membros neste Seminário-Oficina, assim que agradecemos a celeridade quanto à informação que corresponde à creditação. Isso é tudo de nossa parte, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Bem, se não há outros pontos a tratar, damos por concluída esta sessão. Obrigado.

---